

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AUTORITARISMO MILITAR

Oswaldo Mariotto Cerezerⁱ
UNIPAN/FACIAP

Esta pesquisa insere-se no âmbito dos estudos sobre a História da Educação no Brasil, referentes ao período do regime militar como poder auto-instituído. A construção deste estudo ocorre a partir dos depoimentos de três professores de História que atuaram em instituições públicas e privadas de ensino de nível fundamental e médio, na cidade de Santa Maria, RS, entre os anos de 1964, deposição do governo democrático, pelo golpe militar, e 1985, ano em que oficialmente os militares "deixaram o poder".

O período focado nesta pesquisa necessita de investigações que possam fornecer subsídios para trazer à tona outras dimensões, novos esclarecimentos e entendimentos sobre o período de domínio das forças armadas no cenário político brasileiro..

Retornar ao período autoritário brasileiro e nele centralizar o foco das atenções da pesquisa, passa a ter uma dimensão e uma importância reveladora ao tentar trazer a público apenas uma pequena parcela dos profundos significados e influências que o autoritarismo provocou na vida social e na atuação dos sujeitos, enquanto sujeitos históricos atuantes social, profissional e politicamente na sociedade na qual estavam inseridos. Nesse contexto, este estudo busca enfrentar as dificuldades decorrentes da pesquisa voltada a ouvir os depoimentos dos sujeitos históricos participantes do período autoritário brasileiro, procurando romper o silêncio e as angústias guardadas no decorrer dos anos pelos seus participantes enquanto educadores.

Ao trazer a público essas experiências, o objetivo não se restringe a compartilhar suas histórias de vida, importa também compreender, a partir delas, a atuação do autoritarismo militar no campo educacional brasileiro e seus reflexos e significados sobre os responsáveis pelo processo de formação educacional dos cidadãos brasileiros.

O processo educacional brasileiro, do período do regime militar, sofreu profundas reformas e transformações que buscavam, como principal objetivo da classe representada no poder, reformular e adaptar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 64. Dessa forma, a educação nesse momento está intrinsecamente relacionada aos processos de imposição de normas e condutas educacionais e comportamentais condizentes com a ideologia da classe representada no poder.

Com a realização e implantação das inúmeras reformas educacionais, passa a ser exigida uma reformulação e readaptação da atuação profissional dos professores das mais variadas disciplinas. Nesse contexto de reformas e imposições, a atuação pedagógica dos professores de História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, bem como o seu relacionamento com o poder no regime militar, transforma-se em elemento de extrema importância ao permitir o conhecimento sobre a constituição das redes de poder nas práticas pedagógicas destes profissionais; o que nos permite entender os conceitos educacionais e ideológicos presentes, principalmente nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB, e quais os objetivos ou metas a serem alcançadas por meio da obrigatoriedade de ensino dessas disciplinas, frente ao contexto histórico pós-64. Essas articulações fazem-se necessárias, pois é nessa complexa rede de poder e autoritarismo que foi gestado o relacionamento entre as práticas pedagógicas dos professores de História e o regime militar, assim como as suas conseqüências sobre a vida desses sujeitos históricos, tanto profissional e particular, quanto pública.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de encontrar respostas sobre a atuação das forças armadas no campo educacional, particularmente no campo das ciências sociais e humanas, entre elas, a História. Nestas disciplinas, sua

interferência fazia-se presente, entre os professores e alunos consciente ou inconscientemente, atuando com o objetivo principal de coibir o processo de formação de sujeitos conscientes e críticos, não só em relação à atuação da classe representada no poder, como também em suas atitudes como agentes político/sociais e históricos.

Essa atuação política dos governos militares, em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógico dos professores de História, é fator que cruza a vida dos educadores e educandos, repercutindo nas suas atitudes e nos comportamentos, nos seus modos de ver e agir na sociedade em que estão inseridos. Compreender as conseqüências dessas ações sobre estes sujeitos significa identificar os efeitos que um regime autoritário produz no seio de uma sociedade, mobilizando a mesma para a defesa e propagação dos seus objetivos políticos/ideológicos e, ao mesmo tempo, desmobilizando suas atenções e oposições políticas na busca de sua consolidação frente à sociedade civil.

A partir dos depoimentos e experiências de vida destes professores/colaboradores, poderemos perceber que as influências, as imposições, as modificações e as adaptações ocorridas na educação brasileira não só causaram efeitos no passado como podem continuar presentes nos dias atuais, sob as mais diversas formas e atuações. Assim, a pesquisa poderá proporcionar um retorno ao passado, vendo-o como uma experiência concreta que produziu sua própria e singular história e, dessa forma, tecer novas redes de interpretações e novas alternativas em educação, para nos livrarmos dos resquícios autoritários ainda hoje existentes, que tornam o processo educacional brasileiro pouco produtivo.

Para Josep Fontana (1998), o papel da história na renovação do conhecimento histórico do passado tem extrema importância, pois pode contribuir para a compreensão das legitimações em que se apóia o presente, contribuindo para a busca da superação dos problemas, e projetar o futuro que desejamos alcançar. Nas palavras de Fontana (1998:265), o objetivo do trabalho do historiador “dificilmente pode ser o de converter a história em uma “ciência”, mas sim, pelo contrário, o de arrancá-la à fossilização cientificista para voltar a convertê-la numa “técnica”: num instrumento para a tarefa da mudança social”. Em contrapartida Carr (1985), “a função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente” (p. 25).

Em educação, os depoimentos coletados via história oral, histórias de vida, constituem-se em importantes mecanismos para a compreensão da realidade educacional presenciada pelos sujeitos envolvidos num determinado processo histórico, tanto educador como educandos. Ao mesmo tempo, possibilita compreender as ideologias, as transformações, as relações internas ao ambiente educacional e suas repercussões externas, os valores, as experiências e as resistências às imposições. Dessa forma, as narrativas da memória constroem conhecimentos, ensinam e mostram perspectivas de aprendizados e caminhos a serem seguidos, como se fossem trilhos que ultrapassam as fronteiras geográficas da memória e do tempo, carregados com vagões que trazem um amontoado de entulhos memorialísticos cheios de emoções, recordações, nostalgias e experiências de vida, lembranças, enfim, que precisam ser selecionadas, lapidadas e que fazem aflorar no presente algo ainda distante no tempo passado, mas que possuem a capacidade de influenciar na produção e crescimento de novas perspectivas de vida e de conhecimentos capazes de transformar e criar realidades.

A deposição de João Goulart e a implantação do regime militar inseriram o Brasil no contexto de autoritarismo e violência, criando uma nova página na história brasileira, na qual os direitos humanos e democráticos foram profundamente violados. Esse acontecimento histórico colocou o Brasil no contexto do autoritarismo militar como força política, comuns em vários países da América Latina, nas décadas de sessenta e setenta. Para Magalhães (1997, p.208), as ditaduras na América Latina, configuraram-se como “(...) ditaduras autoritárias, ancoradas nos meios tradicionais de poder coercitivo (exército, polícia e burocracia) e que contaram com o apoio de um segmento da elite”.

A tomada do poder através do golpe que, na visão dos militares, foi uma "revolução democrática", serviria para

o "reajustamento do caos e da desordem", ao mesmo tempo em que cumpriria um papel de "reorganização e manutenção da nova ordem social" (Vasconcelos, 2000). A ordem, intensamente defendida pelos novos ocupantes do poder, está diretamente ligada ao pensamento positivista e conservador do qual os militares passaram a ser os grandes defensores no Brasil autoritário. Sob o ponto de vista do positivismo, somente por meio da ordem a sociedade poderia atingir o progresso. Assim, as classes militares, juntamente com a elite brasileira, seriam as grandes responsáveis pelo fim da "desordem interna" e pela retomada da "ordem" e do "progresso", que levaria o país ao desenvolvimento político, econômico e social.

Costa e Silva, Ministro da Guerra do governo Castelo Branco, em nota oficial publicada pelo Jornal *A Razão* de Santa Maria, no dia 28 de Agosto de 1964, ao referir-se ao papel do Exército na revolução de 64, discorre:

O Exército, nos idos de março e princípios de abril, juntamente com as forças irmãs da Aeronáutica e Marinha, brindou o povo brasileiro com a fulminante vitória democrática que salvou o país das desgraças da comunização e corrupção avassaladora, que destruiriam, sem dúvidas, esta Nação, digna de melhor sorte (p.5-6).

As reformas realizadas no campo da educação brasileira do período do regime militar pretendiam como meta principal reorganizar o sistema educacional então vigente, visto como um sistema ultrapassado e pouco produtivo, propício para a formação de mentes subversivas. A meta era alinhá-lo ao novo modelo político centralizador implantado no pós-64 e à ideologia defendida pelo novo poder político atuante. Para os componentes do governo militar, a educação então vigente estava distorcendo o ideal de formação do ser humano, principalmente por parte dos responsáveis pela educação, pois estes estariam ligados a idéias "exóticas" e prejudiciais a formação do cidadão brasileiro. Esta concepção de educação encontra respaldo nas palavras do Gen. Moacir Lopes, componente do governo, sobre a distorção dos objetivos da educação nos tempos atuais. Nas palavras de Lopes:

"a luta entre o *bem e o mal* é permanente na nossa fase de Civilização. Idéias tão claras quanto às relativas às finalidades da Educação são perturbadas por diferentes "educadores" e "pedagogos", a maioria dos quais estrangeiros. Ideologias opostas às tradições brasileiras, como a marxista-lenista, diretamente, ou através de sucessivos disfarces - está em moda, hoje, o existencialismo - marxista - amputam o conceito de Homem e conseqüentemente o de Educação, com desvio das suas finalidades. Ciências relativamente novas - Sociologia, Psicologia, Economia - estruturam-se, segundo certos autores, em bases materialistas, fato que repercute diretamente na Educação. Em vez do Homem, feito à imagem e à semelhança de Deus, o *Socius*, isto é, o *homo faber*, o *homo economicus*, visando apenas à produção de bens materiais, efêmeros, por conterem em si a dimensão tempo. Expressões como *valorização do homem e do humanismo* são ativadas pelo comunismo, para dar força ao homem visando a enfrentar Deus (1979, p. 9).

Buscando respostas condizentes com as aspirações da investigação proposta pela pesquisa, senti a necessidade de articulá-las ao conceito teórico trabalhado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre poder e violência simbólica. Segundo Bourdieu e Passeron: "Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (1992, p. 19).

Na busca pela sua consolidação e reconhecimento integral, o regime militar brasileiro acobertou-se com o aparente manto democrático, mantendo em funcionamento ideologias de cunho democrático, instituições e concepções democráticas de governo, conjuntamente com uma Constituição democrática que aos poucos foi sendo violada e manipulada de acordo com os objetivos propostos pelo novo modelo político implantado. Criaram-se mecanismos antidemocráticos e autoritários extremamente eficientes para impor e manter a plena consolidação do regime político, que buscava a legitimação da classe detentora do poder e das classes dominantes sobre toda a sociedade brasileira. Com isso, a frágil aparência democrática do regime instaurado no pós-64 transformou-se "numa simples veste simbólica" (Stoppino, 1998).

Abordar as interferências dos governos militares na educação brasileira através das reformas e imposições realizadas torna possível a compreensão da situação vivenciada pelos agentes da educação e as conseqüências dessas mudanças sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico, nas relações entre professor e aluno, na construção da subjetividade profissional de cada professor, assim como na construção da subjetividade dos alunos. Essa rede de poderes que atua sobre o desempenho profissional destes professores, espalha-se e atinge os sujeitos pertencentes, envolvidos no meio escolar, educadores e educandos, formando sujeitos submissos e temerosos em relação ao autoritarismo vigente, criando assim um espaço propício para a implantação, disseminação e perpetuação da ideologia da classe dominante.

Aqui, torna-se importante ressaltar que nem todos os professores, assim como grande parte da população brasileira, estavam conscientes ou esclarecidos sobre os fatos ou acontecimentos de cunho autoritário desencadeados pela atuação dos governos militares. Nesse contexto, segundo a opinião da professora Ana:

Eu acho que muita gente estava consciente, que tinham medo e compactuaram. Mas acho também que tinha muita gente que não estava nem aí, não sabiam e achavam tudo maravilhoso: “o Brasil está tomando as medidas para botar pra fora os comunistas do Brasil”!(2001).

O isolamento informativo em relação ao poder autoritário vigente, segundo os colaboradores da pesquisa, estava intimamente relacionados aos processos de formação profissional dos mesmos, caracterizada por uma formação essencialmente positivista, baseada em causas e conseqüências, sem questionamentos ou críticas dos fatos históricos, da falta de aperfeiçoamento dos professores, da censura imposta pelos governos militares aos meios de comunicação, entre outras.

Na visão atual da professora Luíza, as informações recebidas na época do regime militar estavam ligadas às “verdades fabricadas” pelo sistema, onde os atos de poder arbitrário utilizados pelos governos militares contra sujeitos sociais, eram justificados como “necessários” à proteção e manutenção da ordem, visando o desmantelamento dos chamados subversivos.

o que a gente lia e ouvia era a versão oficial, então, se um cara estava sendo preso, dava-lhe os motivos. Então, a censura naquela época, quem estava incomodando, desobedecendo, o que faziam com aquelas pessoas, a gente não ficava sabendo. Isso aí, agora que está vindo à tona. Foi uma estratégia muito bem utilizada (2001).

Por meio de eficientes mecanismos de imposição e manipulação, os professores de História foram usados pelo regime militar como um mecanismo eficaz de disseminação para toda a sociedade brasileira dos anseios e das concepções político/ideológicos da tão propalada “revolução democrática de 64”. O uso do trabalho pedagógico destes professores para o alcance desses objetivos dá-se na medida em que a formação cultural do sujeito está intimamente relacionada aos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, em que os textos dos livros didáticos e os discursos dos educadores produzem significados e “verdades” que exercem grande influência na formação cultural, política e social dos sujeitos.

Bourdieu e Passeron acreditam que toda ação pedagógica constitui-se em uma violência simbólica, na medida em que toda prática pedagógica está direcionada à imposição de determinados conceitos e interpretações condizentes com a concepção ideológica/cultural das camadas dominantes. Sendo assim, a ação pedagógica, ao reproduzir aspectos da cultura dominante, contribui para a reprodução das relações de força e perpetuação das mesmas como elementos legítimos de imposição da violência simbólica.

Helfer, ao analisar o papel desempenhado pelos professores de história num contexto de poder político autoritário, conclui:

O Estado os usa, juntamente com os currículos, para uniformizar o passado, excluindo da

memória oficial certas imagens que podem ser perigosas. Através das atividades escolares, buscam a identificação, a legitimação e a homogeneização de uma certa imagem, que nada mais é a imagem que interessa à classe dominante e às estratégias básicas de hegemonia (2000, p. 75-6).

A atuação pedagógica dos professores de História, frente às limitações e às imposições propostas pelo poder central, acabavam por desenvolver essas concepções de poder dominante, contribuindo para a propagação da legitimidade da ideologia dominante.

Nesse sentido, a Professora Ana, deixa claras as limitações encontradas no desenvolvimento das aulas de História e Educação Moral e Cívica com os alunos:

não tinha um aprofundamento muito maior de questionamento da realidade política, porque sabíamos que era uma coisa “meio proibida”. Depois, bem mais tarde, então, eu comecei a trabalhar com História, mas aí era uma história positivista, que é uma história que não oferecia grandes prejuízos. (Ana, 2001).

Pelo depoimento da Professora Ana, percebe-se que o poder simbólico representado pelo medo em relação ao que poderia acontecer com os professores, caso discordassem da situação política ou das atitudes dos governos militares, atuava no meio escolar causando inseguranças no trabalho do professor com os alunos. A violência simbólica atuava por meio de uma ampla e consistente rede de poderes que, mesmo os professores não sofrendo pessoalmente nenhuma repressão, fazia-se presente através da representação do medo no plano do simbólico, assim como na reprodução de conceitos condizentes com a classe representada no poder. É o poder da violência simbólica atuando e disciplinando a ação pedagógica, e reproduzindo e legitimando sua força a partir da atuação docente na disciplina de História, OSPB e EMC.

Outro importante aspecto levantado nos depoimentos dos colaboradores refere-se ao desenvolvimento prático do ensino, vejamos:

a gente não tinha uma visão crítica desse momento, então era aquilo que estava no livro didático, e de repente, era uma questão de sobrevivência, a gente trabalhava porque estava precisando e eu me sentia terrivelmente desconfortável (...). Eu muitas vezes tentei ser coerente e vi que não dava. Por exemplo, tu consegue um contrato com o Estado se tu assinar uma ficha no PDS; isso era muito chantageado (Ana, 2001).

Esses aspectos referentes ao desenvolvimento prático dos trabalhos em sala de aula encontram-se presentes no depoimento da professora Angela. Para a professora Angela, o fato de ter que trabalhar os conteúdos de EMC e OSPB causava imensa insatisfação pela imposição das disciplinas feita pelo sistema, pois, segundo ela, “não era o que eu queria”, sendo obrigada a trabalhar os conteúdos sem formação específica para os mesmos, o que ocasionava no repasse dos conteúdos prontos.

As interferências e as mudanças desencadeadas no ensino, buscando adaptá-lo à concepção ideológica da classe no poder, buscavam inculcar uma representação legítima da atuação das forças políticas, impedindo sua articulação com um poder autoritário e excludente. Dessa forma, a atuação política/ideológica dos governos militares desenvolvia-se com o objetivo de alcançar o seu reconhecimento como atuação legítima, ignorando sua concepção de força arbitrária.

O uso do trabalho docente como forma de obter essa consciência política/ideológica na sociedade, buscando a defesa do poder auto-instituído constituiu-se como um dos mecanismos mais eficazes para o alcance das mesmas. Dessa forma, pode-se entender os objetivos da desvalorização do ensino de História, e a grande ênfase dada ao ensino de Educação Moral e Cívica e OSPB.

O “medo”, representado pelo sistema implantado, acabava gerando receio em alguns professores mais esclarecidos em relação aos atos de autoritarismo dos governos militares, tendo conseqüências diretas no

desenvolvimento do trabalho pedagógico em sala de aula.

“o problema do medo é uma coisa assim muito interessante (...) foi uma coisa muito séria. Esse medo foi inculcado gradativamente nas pessoas. E mesmo, às vezes, a gente tendo consciência, esse medo foi muito forte. Depois, quando houve a abertura, a gente, ainda sentindo que saiu o peso dos ombros, ainda parece que tinha um certo receio de falar as coisas, (...) isso foi a coisa mais marcante em todas as pessoas, em mim mesma eu senti assim” (Ana, 2001).

O poder das palavras no processo de formação cultural dos sujeitos produzem idéias, opiniões, comportamentos e atitudes que acabam interferindo diretamente na atuação dos indivíduos em suas ações no interior da sociedade. O entendimento atual da professora Angela sobre as conseqüências no processo de formação educacional do período do regime militar, em relação à área da História, fica evidente quando a mesma afirma que: “eu acho que foi muito ruim, quando ele desumanizou a escola, não valorizou a história, não valorizou a geografia e a filosofia; enfim, desvalorizaram essa parte das humanas” (Angela, 2001).

As respostas encontradas nessa pesquisa representam uma pequena parcela de um contingente bastante amplo e complexo de significados produzidos sobre a educação e sobre as práticas pedagógicas dos personagens centrais dessa pesquisa. No entanto, essas respostas são relativas e incompletas, o que significa dizer que há muito que pesquisar e interpretar para melhor compreender o regime militar brasileiro e sua atuação sobre a educação brasileira. Esse processo de construção do conhecimento é um processo amplo e contínuo, portanto dinâmico. A construção do conhecimento é um processo e não um produto, por isso precisa ser continuado.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.43

___. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL, 1989.

___. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Tradução Luiz Roncari, Bauru, SP: EDUSC, 1998.

HELPER, Nadir Emma. A memória do ensino de História. IN: Lenskij, Helfer (org.). **A Memória e o Ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LOPES, Prof. Gen. Moacir A. **A doutrina de educação moral e cívica**. Coletânea Organizada pelo Gen. Moacir Arújo Lopes, 1979.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. IN: Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 17, no. 34, 1997.

STOPPINO, Mario. **Poder**. IN: Dicionário de política. 4 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

___. **Autoritarismo**. IN: Dicionário de política. 4 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

VASCONCELOS, José G. **Memórias da saudade: busca e espera no Brasil Autoritário**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto de Estado do Ceará, 2000.

ⁱ Professor do Curso de Pedagogia da UNIPAN/FACIAP - União Pan-Americana de Ensino - Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, Paraná.